

RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA COM A UNIÃO

VITÓRIA DE SC

A PROPOSTA

- Alongamento de 20 anos;
- Carência de 100% de julho a dezembro de 2016;
- Desconto nas prestações de janeiro de 2017 a julho de 2018, começando com 5,5% da parcela e aumentando 5,5% a cada mês;
- Pagamento em 24 vezes, a partir de julho de 2016, das duas parcelas não pagas por conta da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal;
- Mudança do indexador IGPD+6 por IPCA+4.

RESULTADO PARA SC

Com a proposta, Santa Catarina deixará de pagar **R\$ 2,140 bilhões** entre julho de 2016 a junho de 2018. Entenda:

- Deveríamos ter pagado nos últimos 3 meses: R\$272,102 milhões
(parcelas liminar STF)
- Pagaríamos nos próximos 24 meses: R\$2,447 bilhões
- Total até JUNHO/2018: R\$2,720 bilhões
- Pagaremos: R\$ 579,4 milhões (incluindo parcelas não pagas/STF)

Economia: R\$2,140 bilhões

ANTES E DEPOIS

ANTES DA PROPOSTA	DEPOIS DA PROPOSTA
Estoque da dívida do Estado até junho/2016 R\$ 9 bilhões	Estoque da dívida do Estado até junho/2016 R\$ 9 bilhões
Parcela mensal paga à União: até junho/2016 R\$ 90 milhões	Parcela mensal a ser paga à União até junho/2016 R\$ ZERO
Saldo a pagar em 2016: R\$1,08 Bilhão	Saldo a pagar em 2016: R\$ 32,6 milhões (liminar STF)
Antes da renegociação SC iria pagar até junho/2018 R\$ 2,720 bilhões	Após a renegociação SC vai pagar até junho/2018 579,480 milhões
Diferença de R\$ 2,140 bilhões até jun/18	

Diferenças nas parcelas mensais com a renegociação

Exemplos:

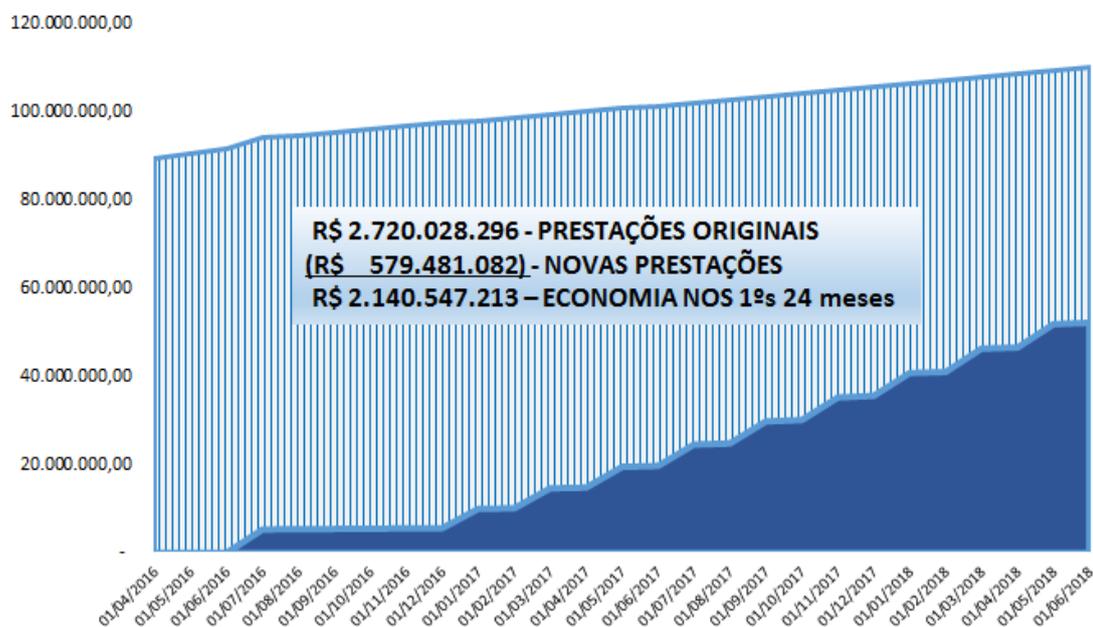
- A partir do fim da carência integral

Jan/17: de R\$ 97,5 milhões para R\$9,9 milhões

- Após o término do acordo

Jul/18: de R\$110 milhões para R\$50 milhões

ECONOMIA ALCANÇADA NOS PRÓXIMOS 24 MESES



AS CONTRAPARTIDAS

- Inclusão dos estados na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita o teto dos gastos públicos da União e dos Três Poderes. Destaques da PEC:

- Despesas correntes terão como base 2016 e serão corrigidas pela inflação do ano anterior, exceto transferências aos Municípios e PASEP;
- Não conceder vantagens e reajustes aos servidores por dois anos, exceto àqueles decorrentes de atos derivados de sentença judicial e a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

LINHA DO TEMPO

Santa Catarina assumiu o papel de protagonista na renegociação da dívida dos Estados com a União. O governador Colombo viajou pelo menos 14 vezes para tratar da renegociação da dívida do Estado com a União. Entre 1º de janeiro e 20 de junho, foi 12 vezes para Brasília e outras 2 vezes ao Rio de Janeiro.

Confira, a seguir, os principais momentos da discussão que garantiu o acordo:

JANEIRO

14 – Ocorre a primeira reunião, no Gabinete da Fazenda, para discutir a Tese de Santa Catarina. Participam da conversa o governador Colombo, equipes da SEF e da PGE e secretários estaduais de Fazenda do Rio Grande do Sul e de São Paulo. O Governo do Estado inicia ainda os contatos com a Secretaria do Tesouro Nacional. Não há retorno.

FEVEREIRO

19 – SC entra com mandado de segurança (com pedido de liminar) no Supremo Tribunal Federal. O Estado questiona a cobrança de juros sobre juros no recálculo da dívida com a União.

26 – O relator, ministro Edson Fachin, nega o pedido de liminar a SC. O mérito não é analisado.

MARÇO

2 – Santa Catarina entra com recurso de agravo no STF e pede que o mérito da ação seja analisado pelos ministros.

ABRIL

7 – O pleno do STF reconhece a legitimidade da Tese de Santa Catarina e concede liminar garantindo ao Estado o direito de pagar à União apenas o valor que considera correto.

27 – STF suspende julgamento e concede 60 dias de prazo para que Estados e União entrem em acordo.

MAIO

17 – No Rio de Janeiro, durante o XXVIII Fórum Nacional do Instituto de Estudos Avançados (INAE), o governador Raimundo Colombo e outros governadores defendem um período de carência no pagamento da dívida dos Estados com a União.

JUNHO

1º – Atendendo a convite da Secretaria do Tesouro Nacional, secretários estaduais de Fazenda vão a Brasília para discutir a dívida e pedem carência de 24 meses e 100% de desconto no pagamento da dívida durante esse intervalo.

9 – União apresenta proposta que desagrada aos Estados: carência de 18 meses, com decréscimo linear de 5,5% ao mês, chegando à zero no 18º.

16 – Secretários de Fazenda voltam a Brasília para discutir a PEC que institui limites para a trajetória dos gastos públicos e que deve balizar a renegociação da dívida dos Estados com a União.

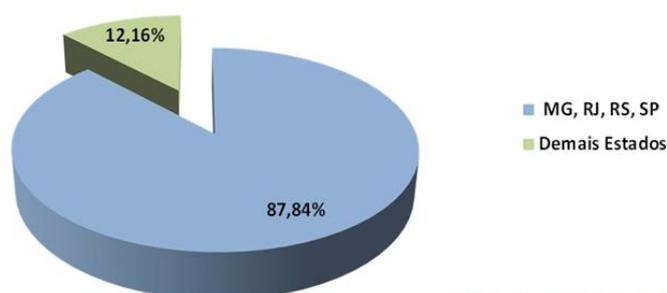
20 – Estados e União celebram novo acordo para o pagamento da dívida com a União. O acordo prevê desconto de 100% nas parcelas até dezembro de 2016 e, a partir de janeiro de 2017, o desconto vai diminuindo gradativamente, até zerar. As novas medidas garantem economia de R\$ 2,1 bilhões para Santa Catarina.

DÍVIDA PÚBLICA SC – CONTEXTO NACIONAL

A participação de Santa Catarina na dívida dos Estados com a União não chega a 2%.

DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO EM DEZ/2015

Dívidas dos Estados com a União - Lei Federal 9.496/97
% Participação dos Estados



Santa Catarina é um dos estados menos endividados do Brasil. A dívida representa 41,50% da Receita Corrente Líquida (RCL). O limite é de 200%.

LRF – ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS EM % DA RCL

UF	Resultado Primário - R\$	RCL - R\$	DCL - R\$	% DCL/RCL
RS	669.537.580,97	31.616.523.126,47	68.791.966.172,22	217,58%
RJ	(2.680.827.032,00)	49.131.341.507,00	94.130.062.072,00	191,59%
MG	3.224.482.398,09	52.887.513.009,42	99.310.206.408,64	187,78%
AL	520.082.341,51	6.340.972.892,20	10.434.843.520,81	164,56%
SP	10.116.550.913,17	141.496.347.936,12	230.948.014.849,54	163,22%
AC	344.583.827,34	3.906.065.810,23	3.377.166.102,47	86,46%
MS	176.280.518,67	8.746.464.276,05	7.238.953.198,81	82,76%
GO	1.342.268.210,30	17.908.053.634,47	13.637.619.657,82	76,15%
SE	213.096.738,95	6.297.705.692,82	4.071.691.937,88	64,65%
RO	436.232.400,54	5.882.366.543,24	3.414.893.923,50	58,05%
PE	619.637.393,35	19.727.049.222,66	11.370.281.879,90	57,64%
BA	641.361.427,99	27.329.461.676,97	14.853.964.594,40	54,35%
CE	1.370.034.514,61	15.573.029.856,00	7.750.376.405,06	49,77%
MA	453.923.698,93	10.802.513.622,52	5.097.073.267,23	47,18%
AM	178.512.001,23	10.622.700.546,63	4.893.147.099,50	46,06%
PI	(138.718.970,27)	6.689.897.326,15	3.071.413.759,30	45,91%
SC	292.969.768,69	19.795.816.098,69	8.214.392.076,47	41,50%
PR	1.854.051.027,68	33.316.002.510,43	13.374.477.769,04	40,14%
MT	833.748.973,69	12.209.085.734,48	4.808.655.416,21	39,39%
TO	(349.142.217,95)	6.435.301.473,51	2.259.316.377,02	35,11%
PB	425.823.823,70	7.952.572.998,44	2.788.921.904,16	35,07%
AP	339.095.716,27	3.827.160.251,26	1.189.782.915,64	31,09%
ES	290.008.010,40	11.887.670.740,12	3.094.031.142,26	26,03%
DF	1.222.972.367,22	18.891.180.516,45	4.665.142.139,68	24,69%
RR	444.226.852,58	2.919.517.844,12	485.303.720,45	16,62%
PA	568.239.316,48	17.159.995.482,99	1.568.820.044,95	9,14%
RN	614.597.315,59	8.036.936.741,04	605.931.778,52	7,54%
Consolidado	24.023.628.917,73	557.389.247.070,48	625.446.450.133,48	112,21%

Posição em
abril/2016